


Recebido
a 30/01/2023


Ofício SINDNAPI/FS n.º 03/2023

São Paulo, 30 de janeiro de 2023.

AO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

At: Excelentíssimo Senhor Ministro CARLOS LUPI

Ref.: PAUTA de REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS FORÇA SINDICAL - SINDNAPI

Prezado Senhor Ministro,

Salientamos pelo presente, que o Sindicato de Aposentados, Pensionistas e Idosos filiados à Força Sindical, possui convênio com o INSS, desde 2003 para descontar diretamente no benefício recebido de cada associado, a mensalidade associativa.

O sindicato possui dois valores de mensalidades. Uma, no valor de 2,5% de seu benefício para os associados que optem pelo Projeto Viver Melhor ou, outra, de cunho social, de 0,6% do valor do benefício.

Apresentamos a seguir as questões prioritárias que entendemos devam ser tratadas por este Ministério, dada a relevância e urgência dos temas:

- Processos de Revisão da Vida Inteira

A Revisão da Vida Inteira permite reparar uma distorção criada pela Previdência que, em 1999, limitou a base de cálculo para as novas aposentadorias, considerando somente as contribuições realizadas a partir de julho de 1994.





O STF deu ganho de causa à essa tese que depende, no entanto, de ingresso na justiça, por cada um dos segurados que tenham direito, para ser implementada.

No primeiro mandato do Presidente Lula, foi realizado um grande acordo com os Aposentados e Pensionistas para o pagamento das perdas pela URV, com parcelamento dos valores pagos aos beneficiários

Propomos a organização de grupo para elaborar uma proposta viável de como viabilizar os pagamentos, minimizando os custos da judicialização e a insegurança de saber o total do passivo a ser pago pelo INSS.

- Fim do Bloqueio dos benefícios concedidos a partir de 2019 (bloqueio para desconto de mensalidade associativa)

A partir de 2019 os benefícios nascem bloqueados para desconto de mensalidade associativa, dependendo de que o beneficiário ligue para o INSS ou utilize o aplicativo para desbloquear. Ocorre que, nenhum desses canais funciona e tem gerado grande transtorno aos segurados e às entidades.

Como o bloqueio nasce por força de lei, sugerimos que, venha uma regulamentação dizendo que o desbloqueio se dá com a assinatura do termo de autorização de desconto.

- Permissão para que as entidades possam comandar desconto de mensalidade associativa dos benefícios de prestação continuada (BPC)

As instituições financeiras e os bancos podem fazer empréstimos consignados para os benefícios assistenciais (LOAS e Bolsa Família) e, as entidades não podem ter desconto destas mensalidades junto ao INSS.

Requeremos a possibilidade de desconto desse tipo de benefício.



- Criação de Câmaras de Resolução de Conflitos para diminuir os custos nas concessões de aposentadoria.

Propomos a criação de câmaras de resolução de conflitos objetivando diminuir os recursos e ações judiciais, com isso, evitando filas de espera e reclamações contra o INSS, além do alto custo para a Autarquia.

- Levantamento dos casos de suspensões de pagamentos de aposentadorias e pensões

Sugerimos o imediato do pagamento dos benefícios suspensos e, que seja dado um prazo para que o segurado comprove o que seja necessário, já que, não se revela justo cancelar benefícios e coloca-los em uma fila infundável de espera, deixando os cidadãos à mercê da dúvida e da fome.

- Reestruturação do CNPS e dos conselhos Estaduais e Regionais

Importante fórum para discussão e implantação de políticas previdenciárias os Conselhos precisam ser fortalecidos e ampliados, já que, as instâncias colegiadas são, sem sombra de dúvida, instrumentos para a elaboração de medidas com vistas a melhoria no atendimento aos beneficiários da Previdência Social.

- Crédito Consignado

Implementação de instrumentos para a proteção dos segurados da Previdência Social.

Diminuição das taxas de juros cobradas, considerando a inexistência de risco desse tipo de crédito.

A implementação de adoção de programas obrigatórios de educação financeira, custeado pelos bancos e instituições financeiras e aplicadas pelas entidades representativas dos aposentados e pensionistas.

Implementar programa de negociação das dívidas dos aposentados.



- Fortalecimento da Cooperativa de Crédito do Sindicato

O Sindicato possui uma cooperativa de crédito para fazer empréstimo consignado aos aposentados e pensionistas e oferece os juros mais baixos do mercado.

O governo precisa ajudar e fortalecer a cooperativa (COOPERNAPI) para efetivamente ajudar os aposentados e pensionistas.

- Regularizar os Sindicatos de Aposentados e Pensionistas para que tenham efetiva representativa

Hoje os sindicatos existem como associação e, junto ao governo por meio de uma Portaria. É imperioso normatizar de forma perene e robusta as entidades que trabalham e representem de fato e de direito os aposentados e pensionistas para que possam atuar em ações judiciais coletivas e em todos os fóruns de negociações sem qualquer questionamento.

- Isenção do Imposto de Renda de Aposentados e Pensionistas

O benefício previdenciário não se configura como renda proveniente de trabalho assalariado, os Aposentados e Pensionistas, contribuíram uma vida toda para ter direito ao benefício. Reivindicamos a isenção do Imposto de renda para os segurados do INSS, até o teto da Previdência.

- Fila para a análise e concessões de benefícios previdenciários

Criação urgente de uma força tarefa para a sensível diminuição da fila/estoque de cerca de 6.500.000 de tarefas pendentes no INSS.

- ACT'S (Acordos de Cooperação Técnica)

Os acordos de cooperação Técnicas feitos entre as entidades e o INSS possuem prazo de validade de 05 anos, gostaríamos de sugerir a renovação



SINDICATO NACIONAL
DE APOSENTADOS
E PENSIONISTAS
SINDNAPI

automática apenas com o envio atualizado da documentação legal, sem a necessidade de novas assinaturas e publicação de extratos ou, ainda, ACT's com prazo indeterminado, facilitando a administração dos mesmos e evitando o trabalho desnecessário dos servidores do INSS.

- ACT das entidades - INSS digital

Ampliação dos serviços do INSS Digital das entidades, permitindo que as entidades sindicais realizem todos os serviços feitos pelo INSS e que sejam remunerados por esses serviços no mesmo modelo de países europeus, como a Itália e Portugal, com isso, diminuindo custo e melhorando serviços a população.

- Perícia Médica

Implantação de convênio com o SUS para que tenha validade o pedido de afastamento médico dado pelo médico que acompanha o paciente, independentemente da perícia federal.

- Volta do atendimento presencial em todas as agências do INSS

Apenas 26% dos usuários da previdência utilizam-se dos canais digitais, por absoluta falta de conhecimento e condições.

É imperioso devolver dignidade à essa gente e permitir que tenham atendimento para suas dúvidas e andamento aos seus requerimentos.

- Salário Mínimo

O sindicato quer participar da discussão da recuperação do salário mínimo para os aposentados e pensionistas, de maneira garantir a recuperação do poder de compra da categoria especial de aposentados e pensionistas.



SINDICATO NACIONAL
DOS APOSENTADOS
SINDNAPI

- Fim da interferência nos sindicatos pelo INSS

O INSS insiste em interferir com normas e regras para as entidades de aposentados, deixando de lado suas atribuições e dificultando o comando constitucional que garante ao cidadão filiar-se a qualquer entidade de classe e ou associação que represente seus interesses.

Solicitamos uma regulamentação que deixe claro os limites de atuação do INSS.

Atenciosamente,

João Batista Inocentini

Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos

CLAUDIO
DANTAS